



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 256/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

Aos 29 dias do mês de maio de 2019, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:30

1. Apreciação e votação da ata n.º 254/XIII/4.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 14 de maio de 2019

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1844/XIII/4.<sup>a</sup> (BE) – “Recomenda o fim da concessão à Fertagus da exploração do serviço ferroviário no Eixo Norte-Sul e sua integração no serviço de transportes suburbanos da CP”

3. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1418/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Recomenda ao Governo que promova a alteração da Portaria n.º 236/2013, de 24 de julho, que aprova o Regulamento da medida Comércio Investe”, 1419/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a criação de centros de elevada competência científica e tecnológica para os Institutos Politécnicos do Interior do país” e 1420/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Apoio à modernização das empresas comerciais, designadamente do comércio tradicional, em localidades onde estão a ser criados novos projetos de grandes superfícies comerciais ou realizadas ampliações nas já existentes”

4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1810/XIII/4.<sup>a</sup> (PSD) – “Regulamento de Sinalização do Trânsito” e 1811/XIII/4.<sup>a</sup> – “Recomenda ao Governo a difusão e promoção das vantagens de adoptar a ISO 39001 - Sistema de Gestão de Segurança do Trânsito Rodoviário”

5. Petição n.º 612/XIII/4.<sup>a</sup> – Contra o fim da atual linha amarela do Metro de Lisboa (4366 subscritores)



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 256/XIII/ 4.ª SL

- Apreciação e votação do complemento da nota de admissibilidade
- Nomeação de relator (cabe ao PSD)

6. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 2123/XIII/4.ª (PCP) – Pela viabilidade da empresa, salvaguarda de todos os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores da DURA Automotive Portuguesa, Lda. (Guarda)

7. Outros assuntos

10:00

Audição do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

---

**09:30**

**1. Apreciação e votação da ata n.º 254/XIII/4.ª, relativa à reunião de 14 de maio de 2019**

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente colocou à apreciação e votação a ata n.º 254/XIII/4.ª, relativa à reunião de 14 de maio de 2019, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

**2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1844/XIII/4.ª (BE) – “Recomenda o fim da concessão à Fertagus da exploração do serviço ferroviário no Eixo Norte-Sul e sua integração no serviço de transportes suburbanos da CP”**

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) expôs, nos seus termos, o PJR n.º 1844/XIII/4.ª (BE), salientou o fim previsto da concessão à Fertagus da exploração do serviço ferroviário no eixo Norte-Sul, no término do ano, e a necessidade de tomada de decisão. Defendeu a integração da referida concessão no serviço de transportes



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 256/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

suburbanos da CP. Observou os avanços obtidos na inclusão do sistema de bilhética da Fertagus no novo sistema tarifário metropolitano, contudo referiu que não ocorreu uma plena integração no sistema de mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa. Concluiu, de acordo com a exposição de motivos, contra a continuação da Parceria Público-Privado (PPP) entre o Estado e a Fertagus e salientou a necessidade de integração da concessão, nomeadamente as infraestruturas, os equipamentos e os trabalhadores, no serviço de transportes suburbanos da CP.

De seguida, o Senhor Deputado José Luís Ferreira (PEV) apresentou o Projeto de Resolução n.º 1855/XIII/4.<sup>a</sup> (PEV), referiu que muitos dos problemas associados ao sistema de transportes, com que se debate à Área Metropolitana de Lisboa, e em particular a Península de Setúbal, decorrem da concessão à Fertagus do transporte ferroviário entre Lisboa e Setúbal e da concessão do Metro Ligeiro de Superfície à Metro Transportes do Sul, salientou que ambas as empresas concessionárias pertencem ao Grupo Barraqueiro. Mencionou o relatório de auditoria do Tribunal de Contas, reiterou a exposição de motivos ao projeto de resolução destacando os encargos suportados pelo Estado com a concessão. Também expos o contrato de manutenção de equipamento ferroviário com a EMEF e abordou as suas implicações. Afirmou que os trabalhadores da Fertagus têm sido prejudicados nos seus salários e nas condições de trabalho. Por fim, salientou que o GP PEV considera que terminado o contrato de concessão à Fertagus estão reunidas as condições para a integração desse serviço público na CP.

Pelo Senhor Deputado André Pinotes (PS) foi mencionado que o tema já foi abordado em 18 de outubro de 2018, observou o esforço de integração tarifária por parte da Fertagus que culminou no acesso ao passe único Navegante por parte dos seus utentes. Afirmou que não faz sentido usar uma narrativa baseada nas contas subjacentes ao relatório de auditoria do Tribunal de Contas e descurar o parecer da mesma entidade, em que afirma que a parceria é proveitosa. Destacou a paz social que prevalece no seio da entidade laboral Fertagus e enalteceu o diálogo existente entre as autarquias e a empresa com o intuito de reforçar a oferta de mobilidade. Por fim, salientou que os utentes estão contentes e afirmam ser um bom serviço.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 256/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

Por sua vez, o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) destacou a relevância da qualidade dos serviços prestados aos utentes, independentemente da forma jurídica com que reveste a afetação do serviço. Observou que o modelo de resultados partilhados entre o Estado e a concessionária Fertagus defende os utentes, sublinhou o cumprimento dos critérios de prestação de serviço e os bons resultados obtidos pela empresa nos inquéritos de satisfação realizados aos seus utilizadores. Mencionou que os trabalhadores da Fertagus valorizam a empresa. Concluiu, questionando a necessidade de nacionalização de uma concessão que regista bons resultados.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) abordou que os GP PSD, PS e CDS-PP defendem a manutenção da PPP, afirmou que não foi referido que a Fertagus e a Metro Sul do Tejo custaram ao Estado mais de 200 milhões de euros, entre 1999/2013, sendo que nesse contexto a parceria favorece a Fertagus. Chamou a atenção aos últimos acontecimentos, designadamente o alargamento de acessibilidade ao passe único, o que contribuiu para o aumento de utilizadores do sistema modal da Fertagus, porém observou que o serviço prestado não tem acompanhado, em termos de qualidade, as necessidades dos passageiros.

Por sua vez, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) salientou que a solução apresentada pela Fertagus, de alteração do *layout* das carruagens, em resposta ao acréscimo de passageiros devido à inclusão da concessão no sistema tarifário metropolitano, deve ser sujeita a autorização por parte da entidade reguladora do setor e que a opção exposta implica a deterioração do serviço. Considerou que a inclusão da Fertagus no sistema tarifário metropolitano implicará indemnizações compensatórias a suportar pelo Estado, observando que os preços anteriormente praticados pela Fertagus já eram os mais elevados no âmbito modal.

Pelo Senhor Deputado José Luís Ferreira (PEV) foi referido que é necessário expor que a natureza jurídica da PPP entre o Estado e a Fertagus é lesiva para os cidadãos, observou que não basta analisar as implicações do novo sistema tarifário metropolitano no contexto de indemnizações compensatórias, também deve ser considerado o facto desta parceria estar suportada em infraestruturas públicas, nomeadamente em linhas ferroviárias e em material circulante. Concluiu, afirmando



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 256/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

que o GP PEV não pretende nenhuma nacionalização, mas sim a integração de um serviço ferroviário concessionado na CP.

Solicitou ainda a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) para referir que desde de 2010 não ocorre a atribuição de indemnizações compensatórias do Estado à Fertagus, sublinhou que as autarquias estão satisfeitas com o serviço prestado e que ocorre um espírito de colaboração.

Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) para sublinhar os custos financeiros que o Estado já suportou em benefício da Fertagus, também salientou que as tentativas de colaboração entre a concessionária e as autarquias não correspondem às tomadas de posição, designadamente pela CM de Setúbal, acerca do serviço prestado pela empresa. Salientou que a integração tarifária da concessão gerida pela Fertagus não está plenamente concretizada e que a compatibilização horária entre as diferentes linhas do sistema modal metropolitano não ocorre, designadamente entre a linha de Sintra e de Cascais.

**3. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1418/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Recomenda ao Governo que promova a alteração da Portaria n.º 236/2013, de 24 de julho, que aprova o Regulamento da medida Comércio Investe”, 1419/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a criação de centros de elevada competência científica e tecnológica para os Institutos Politécnicos do Interior do país” e 1420/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Apoio à modernização das empresas comerciais, designadamente do comércio tradicional, em localidades onde estão a ser criados novos projetos de grandes superfícies comerciais ou realizadas ampliações nas já existentes”**

Não tendo sido apresentadas sugestões de alteração à informação, o Senhor Presidente informou que a mesma seria enviada para Plenário, para que os projetos de resolução possam ser votados.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 256/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

**4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1810/XIII/4.<sup>a</sup> (PSD) – “Regulamento de Sinalização do Trânsito” e 1811/XIII/4.<sup>a</sup> – “Recomenda ao Governo a difusão e promoção das vantagens de adoptar a ISO 39001 - Sistema de Gestão de Segurança do Trânsito Rodoviário”**

Não tendo sido apresentadas sugestões de alteração à informação, o Senhor Presidente informou que a mesma seria enviada para Plenário, para que os projetos de resolução possam ser votados.

**5. Petição n.º 612/XIII/4.<sup>a</sup> – Contra o fim da atual linha amarela do Metro de Lisboa (4366 subscritores)**

– **Apreciação e votação do complemento da nota de admissibilidade**

– **Nomeação de relator (cabe ao PSD)**

Submetida a votação o complemento da nota de admissibilidade, que propõe a admissão da petição, tendo sido colmatadas as deficiências de que a esta sofria, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD).

**6. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 2123/XIII/4.<sup>a</sup> (PCP) – Pela viabilidade da empresa, salvaguarda de todos os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores da DURA Automotive Portuguesa, Lda. (Guarda)**

A redação final foi fixada, sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

**7. Outros assuntos**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 256/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

O Senhor Presidente começou por informar que se encontrava pendente na Comissão, para apreciação na especialidade, o Projeto de Lei n.º 1093/XIII/4.<sup>a</sup>, do PAN, que altera a Lei n.º 23/96, de 26 de julho, incluindo no elenco de serviços públicos essenciais o serviço de transporte de passageiros, e que o PAN tinha solicitado que se procedesse à sua discussão e votação, tendo dado prazo para apresentação de propostas de alteração até ao dia 3 de junho.

De seguida, lembrou que no final da última reunião ordinária da Comissão tinham ficado os serviços de apoio à Comissão encarregues de apurar qual a prática das outras comissões para apreciação e votação de projetos de resolução na especialidade, tendo-se chegado à conclusão que existem práticas diversas, às vezes dentro da mesma comissão, optando umas vezes os autores por apresentar um texto consensual e outras vezes sendo necessário proceder à votação da parte resolutive de cada um dos projetos de resolução. Usaram da palavra, a este respeito, os Senhores Deputados Luís Moreira Testa (PS), para defender que não se perdia nada em adotar um sistema híbrido, em que, sendo possível os autores apresentarem um texto conjunto, o mesmo seria adotado, ou, não sendo possível, fazer-se uma votação ponto a ponto, mas, frisou, o trabalho político para encontrar um texto conjunto seria necessário e caberia sempre aos autores, sendo necessário no final proceder à votação do texto consensual; e Bruno Dias (PCP), para concordar com a intervenção do orador antecedente e frisar que o texto dos proponentes só deveria ser substituído por um texto comum caso estes estejam de acordo. Concluiu o Senhor Presidente, solicitando então aos coordenadores dos grupos parlamentares que tivessem em conta as pendências na comissão nesta área e tentassem apresentar textos consensuais se tal fosse possível.

O Senhor Presidente lembrou depois que tinha sido distribuído, para apreciação neste ponto da ordem do dia, se houvesse consenso, um requerimento do PS para realização de audições no âmbito do processo de apreciação da Proposta de Lei n.º 173/XIII/4.<sup>a</sup> (GOV). Verificado o consenso necessário, e sendo o requerimento claro e conciso, o Senhor Presidente deu-o como apresentado e questionou se mais algum grupo parlamentar pretendia acrescentar audições às agora propostas, tendo o Senhor



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 256/XIII/ 4.ª SL**

Deputado Ernesto Ferraz (BE) usou da palavra para propor a audição da APDrone e da Associação Portuguesa de Aeronaves Não Tripuladas.

Submetido o requerimento do PS e a proposta oral do BE a votação, foram ambos aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

O Senhor Deputado Ernesto Ferraz (BE) tornou a usar da palavra para questionar o facto de a Proposta de Lei n.º 82/XIII/2.ª (ALRAM) estar pendente na Comissão há cerca de um ano para apreciação na especialidade, referir que o Grupo de Trabalho – Transportes Públicos não apresentou ainda um texto final e lembrar as afirmações do ex-Ministro das Infraestruturas e do Planeamento, que dizia que o assunto deveria ser tratado pelo Governo Regional e de este ter opinião diversa. Concluiu, solicitando informação sobre o que se vai fazer, uma vez que a Legislatura, tanto a da Assembleia da República como a da Assembleia Legislativa Regional, está a terminar.

A este propósito, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) lembrou que o seu grupo parlamentar tinha apresentado em fevereiro um requerimento para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação sobre este assunto.

O Senhor Presidente informou das outras iniciativas pendentes sobre esta matéria e lembrou que em janeiro de 2018 os Grupos Parlamentares do PSD e do PS tinham solicitado que se aguardasse a conclusão das negociações entre ambos os Governos.

Interveio também o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS), para referir as iniciativas pendentes, o grupo de trabalho criado entre os dois governos, a proposta do Governo de transferir esta matéria para o Governo Regional e a recusa deste em aceitá-la, e para defender a necessidade de perceber qual a posição dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores sobre esta matéria. Fez também alusão à posição das companhias aéreas, que ameaçam abandonar as linhas da Madeira e dos Açores, caso o modelo fique como estava a ser estudado, tendo expressado preocupação a este respeito. Defendeu a audição da posição de alguns atores determinantes neste processo, para perceber que consequências pode ter um modelo daquela natureza, para que os Deputados tenham pleno conhecimento do que estão a aprovar. Em seu





## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 256/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

entender, deveria ouvir-se o máximo de entidades possível, nomeadamente, o membro do Governo competente, os Governos Regionais, as companhias aéreas e a ANAC. Concluiu, afirmando que há matérias que são verdadeiramente estruturais e que o Grupo Parlamentar do PS estava totalmente empenhado em ouvir os Governos e avançar com este processo, para que exista uma clarificação da situação.

**10:00**

#### **Audição do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República**

Iniciada a audição, o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética, bem como aos Secretários de Estado Adjunto e da Mobilidade e da Energia, que o acompanhavam, tendo de seguida o Senhor Ministro usado da palavra para uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de perguntas, usaram da palavra os Senhores Deputados António Topa (PSD), Hugo Costa e Ricardo Bexiga (PS), Ernesto Ferraz (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo, durante esta ronda, assumido a presidência o Senhor Vice-Presidente, Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD). O Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética respondeu individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de perguntas, solicitaram esclarecimentos adicionais os Senhores Deputados Liliana Silva (PSD), Carlos Pereira (PS), Fernando Barbosa (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), os quais foram prestados pelo Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética em resposta conjunta.

Na terceira ronda de perguntas intervieram os Senhores Deputados Bruno Vitorino (PSD), Heitor de Sousa (BE), Ilda Araújo Novo (CDS-PP), Bruno Dias (PCP), Paulo Neves (PSD), Fátima Ramos (PSD), Patrícia Fonseca (CDS-PP), Cristóvão Norte (PSD), Liliana Silva (PSD), Ana Sofia Bettencourt (PSD) e Carlos Silva (PSD), tendo o Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética respondido a final.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 256/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL**

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de maio de 2019.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 256/XIII/ 4.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Carlos Silva  
Cristóvão Norte  
Emídio Guerreiro  
Ernesto Ferraz  
Fátima Ramos  
Fernando Jesus  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Helga Correia  
Hugo Costa  
Hugo Pires  
Joel Sá  
Luís Moreira Testa  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Coimbra  
Ricardo Bexiga  
Ana Sofia Bettencourt  
André Pinotes Batista  
António Costa Silva  
Bruno Vitorino  
Fernando Manuel Barbosa  
Ilda Araújo Novo  
José Luís Ferreira  
Liliana Silva  
Patrícia Fonseca  
Paulo Neves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Topa  
Hortense Martins  
Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Heloísa Apolónia



**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 256/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL**